

| DATA | PROCESO ORIGINAL | MANIFESTAÇÃO | SITUAÇÃO | MOTIVO INDEFERIMENTO | RESPOSTA | ÓRGÃO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELA ELABORAÇÃO DA(S) RESPOSTA(S) |
|----------|-----------------------|--|------------|--|--|---|
| 05/12/22 | 19.002.197436/2022-34 | Solicito certidão ou documento oficial atestando que o Sr. Paulo Roberto Alcantara Madureira nunca teve nenhuma reclamação contra ele enquanto prestou atendimento de usuários do SUS | DEFERIDO | ** | A Ouvidoria-Geral do Município tem a dizer que não há nenhum registro oficial no SEI, neste sentido. Não podendo afirmar com precisão das outras formas de registro de reclamação que possa ter havido diretamente na Corregedoria-Geral do Município ou mesmo na Autarquia Municipal de Saúde de Londrina, que poderia adotar de ofício alguma medida, caso tenha sido demandado diretamente nestes órgãos. | Ouvidoria-Geral do Município |
| 08/12/22 | 19.002.199785/2022-91 | Acesso aos dados de violência urbana, especificamente de ocorrências criminais dos anos de 2018 a mais recente que for possível para análise de dados. Os dados necessitam ter a localização geográfica da ocorrência (no mínimo em nível de bairro), contendo a tipologia do crime (e.g. furto, roubo, homicídio e etc.), data e horário, e quais outras informações que sejam passíveis de serem disponibilizadas. | INDEFERIDO | Descumprimento do Decreto Municipal 453/2022, que regulamenta a prestação dos serviços públicos da Ouvidoria-Geral do Município e dispõe sobre o seu funcionamento. | Usuário foi orientado a protocolar solicitação junto a Polícia Militar e/ou Polícia Civil | Ouvidoria-Geral do Município |
| 08/12/22 | 19.002.200019/2022-86 | Acesso à informações sobre o andamento do julgamento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro do Processo nº 19.008.147504/2022-64 Pregão Eletrônico nº 18/2022, da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda (CNPJ 00.802.002/0001-02) | INDEFERIDO | Descumprimento do art. 20, do Decreto Municipal 453/2022, que regulamenta a prestação dos serviços públicos da Ouvidoria-Geral do Município e dispõe sobre o seu funcionamento | Inconsistência nos dados pessoais apresentados no processo. Orientado a abrir novo processo com os dados corretos. | Ouvidoria-Geral do Município |
| 19/12/22 | 19.002.206423/2022-63 | Acesso à informações sobre o andamento do julgamento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro do ARP nº 319/2022 Pregão Eletrônico nº 222/2022, da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda (CNPJ 00.802.002/0001-02) | INDEFERIDO | Descumprimento do art. 20, do Decreto Municipal 453/2022, que regulamenta a prestação dos serviços públicos da Ouvidoria-Geral do Município e dispõe sobre o seu funcionamento | Inconsistência nos dados pessoais apresentados no processo. Orientado a abrir novo processo com os dados corretos. | Ouvidoria-Geral do Município |
| 20/12/22 | 19.002.206979/2022-50 | 1) Cópia dos pedidos e ou consultas prévias recebidas pela Secretaria Municipal da Fazenda, entre os anos de 2017 a 2022, para o CNAE Q871150200 ILPI; 2) Documento comprobatório da possível localização (bairros) e do correspondente número de estabelecimentos públicos e privados solicitados para o CNAE Q871150200 ILPI nas diferentes áreas da cidade; 3) Número de estabelecimentos existentes na cidade, capacidade atendimento, e correspondente localização para o CNAE Q871150200 ILPI; 4) Descrição dos critérios técnicos adotados pelo Poder Público Municipal para a liberação de empreendimentos classificados com o CNAE Q871150200 ILPI. | INDEFERIDO | Descumprimento do art. 20, do Decreto Municipal 453/2022, que regulamenta a prestação dos serviços públicos da Ouvidoria-Geral do Município e dispõe sobre o seu funcionamento | Inconsistência nos dados pessoais apresentados no processo. Orientado a abrir novo processo com os dados corretos. | Ouvidoria-Geral do Município |
| 21/12/22 | 19.002.207374/2022-86 | Acesso à informação sobre o andamento do julgamento do pedido de prorrogação de prazo do Empenhos 1436/2022 1437/2022 1432/2022 Pregão eletrônico 088/2022, da empresa RP Comercial Ltda | INDEFERIDO | Descumprimento do art. 20, do Decreto Municipal 453/2022, que regulamenta a prestação dos serviços públicos da Ouvidoria-Geral do Município e dispõe sobre o seu funcionamento | Inconsistência nos dados pessoais apresentados no processo. Orientado a abrir novo processo com os dados corretos. | Ouvidoria-Geral do Município |
| 01/12/22 | 19.002.195243/2022-49 | Servidor solicitou relatório de carga horária realizada (inclusive horas extras) mensalmente dos anos de 2017, 2018 e 2019. | DEFERIDO | ** | Documentos foram fornecidos | Autarquia Municipal de Saúde |
| 12/12/22 | 19.002.201414/2022-86 | Acesso à informações sobre o atendimento que solicitou ao SAMU (192) | DEFERIDO | ** | Disponibilizado documentos solicitados em anexo ao processo SEI e envio de e-mail ao demandante. | Autarquia Municipal de Saúde |

| | | | | | | |
|----------|-------------------------------|---|-----------------------|---|---|---------------------------------|
| 27/12/22 | 19.002.20 9154/202 2-97 | Solicito atualização das respostas enviadas no SEI 19.002.172772/2022-74 sobre o PAD aberto contra dois guardas municipais pela morte de um adolescente em 2020 | INDEFERIDO | §3º do art. 28, da Lei nº 13.090/2020: A Corregedoria-Geral gerenciará o nível de acesso aos procedimentos administrativos disciplinares, mantendo, independentemente de classificação, acesso restrito em relação às informações e documentos, sob o seu controle e posse, mantidos em qualquer suporte, relacionados aos procedimentos disciplinares, até o julgamento final, quando se tornarem públicas, exceto os casos de sigilo legal. | Temos a informar que a previsão de publicação da decisão final dos autos de PAD nº 032/2020 realmente era o mês de Dezembro/2022. Entretanto, com fulcro no art. 26, §3º, inc. I, da Lei nº 13.090/2020, em razão das férias de 29 (vinte e nove) dias fruídas pelo regente do feito, assim como com base no que está contido no art. 26, § 3º inciso III da mesma lei (recesso forense), os prazos do processo foram suspensos desde o dia 02/12/2022, assim permanecendo até o dia 20/01/2023, por um total de 50 (cinquenta) dias. | Corregedoria-Geral do Município |
| 27/12/22 | 19.002.20 8765/202 2-18 | Acesso as cópias dos pareceres da Procuradoria Jurídica de Londrina, sobre a instalação provisória de uma ponte natalina dentro do Lago Igapó de Londrina. | DEFERIDO | ** | Disponibilizado documentos solicitados em anexo ao processo SEI e envio de e-mail ao demandante. | CODEL |
| 18/12/22 | 19.002.20 5853/202 2-68 | 1- Quantos conselheiros as empresas e autarquias ligadas ao município possuem (Cohab, CMTU, CTD, Londrina Iluminação)?; 2- Qual é a remuneração que cada conselheiro recebe?; 3- Em todo o ano de 2022, quantas reuniões esses conselheiros trabalharam? 4- Nos últimos 4 anos (2022/2021/2020/2019), quanto a prefeitura gastou com esses cargos?; 5- De 2019 pra cá quantos cargos de conselheiros foram criados nessas empresas?; 6- Qual a justificativa para se manter esses cargos com essas despesas mensais?; 7- Qual o critério de escolha dos conselheiros? | DEFERIDO PARCIALMENTE | O não fornecimento do item 5 justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | Cohab: 1) 15 conselheiros. 2) remuneração R\$ 2695,92. 3) 29 reuniões no ano 2022. 4) Total de gastos: 1.133.965,78. 5) Não houve. 6) Por exigência da Lei Federal nº 13.303/2016 e legislações correlatas 7) A escolha/indicação é feita pelos acionistas, de acordo com o que preconiza a Lei Federal nº 13.303/2016 | COHAB |
| 18/12/22 | 19.002.20 5853/202 2-68 | 1- Quantos conselheiros as empresas e autarquias ligadas ao município possuem (Cohab, CMTU, CTD, Londrina Iluminação)?; 2- Qual é a remuneração que cada conselheiro recebe?; 3- Em todo o ano de 2022, quantas reuniões esses conselheiros trabalharam? 4- Nos últimos 4 anos (2022/2021/2020/2019), quanto a prefeitura gastou com esses cargos?; 5- De 2019 pra cá quantos cargos de conselheiros foram criados nessas empresas?; 6- Qual a justificativa para se manter esses cargos com essas despesas mensais?; 7- Qual o critério de escolha dos conselheiros? | DEFERIDO PARCIALMENTE | O não fornecimento do item 4 justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | CTD: 1 e 2 foram disponibilizados links de acesso com informações. 3) 21 reuniões; 4) Não temos a informação. 5) Os cargos são regidos por legislação específica, não sendo de livre deliberação a sua criação. 6) as vagas para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração são regidas por legislação. 7) Regras estabelecidas por legislação Lei Federal 13.303/2016 | CTD |
| 18/12/22 | 19.002.20 5853/202 2-68 | 1- Quantos conselheiros as empresas e autarquias ligadas ao município possuem (Cohab, CMTU, CTD, Londrina Iluminação)?; 2- Qual é a remuneração que cada conselheiro recebe?; 3- Em todo o ano de 2022, quantas reuniões esses conselheiros trabalharam? 4- Nos últimos 4 anos (2022/2021/2020/2019), quanto a prefeitura gastou com esses cargos?; 5- De 2019 pra cá quantos | DEFERIDO | ** | Londrina Iluminação: 1) Disponibilizado link. 2) Conselho Adm R\$2377,75 / Conselho Fiscal R\$1623,70 e Conselho de auditoria R\$1746,68. 3) Adm mensal, Auditoria bimestral e Fiscal trimestral. 4) 2019 R\$ 41.317,96 / 2020 R\$52.284,64 / 2021 R\$281.115,57 e 2022 R\$330.444,85. 5) Atua com a quantidade mínima estabelecida na Lei 13303/2016. 6) Por força dos arts. 239 e 240 da Lei 6404/1976 7) Critério estabelecido pela Lei nº 13303/2016 (Lei das Estatais) em seu artigo 17. | LONDRINA ILUMINAÇÃO |
| 18/12/22 | 19.002.20 5853/202 2-68 | 1- Quantos conselheiros as empresas e autarquias ligadas ao município possuem (Cohab, CMTU, CTD, Londrina Iluminação)?; 2- Qual é a remuneração que cada conselheiro recebe?; 3- Em todo o ano de 2022, quantas reuniões esses conselheiros trabalharam? 4- Nos últimos 4 anos (2022/2021/2020/2019), quanto a | DEFERIDO PARCIALMENTE | O não fornecimento do item 4 justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | CMTU: 1) 13 conselheiros. 2) R\$2.110,03. 3) Adm mensal, Auditoria bimestral e Fiscal trimestral. 4) 2019 R\$ 236.164,49 / 2020 R\$259.630,20 / 2021 R\$338.249,92 e 2022 R\$374.994,20. 4) Não houve. Os mesmos se mantiveram. 5) Por exigência da Lei Federal nº 13.303/2016 e legislações correlatas. 6) Por exigência da Lei Federal nº 13.303/2016 e legislações correlatas. 7) Critério estabelecido pela Lei nº 13303/2016 (Lei das Estatais) | CMTU |
| 22/12/22 | 19.002.20 7626/202 2-77 | Acesso à informações sobre o andamento do julgamento do pedido de prorrogação de prazo do Empenhos 1436/2022 1437/2022 1432/2022 Pregão eletrônico 088/2022, da empresa RP Comercial Ltda | DEFERIDO | ** | Considerando que já existe um processo interno em tramitação de número 271227. Considerando que já existe tramitações internas para cumprimento do pedido de materiais solicitado. Considerando que já foram cumpridas as entregas de materiais solicitadas. Informamos que já foram deferidas as prorrogações necessárias e justificadas e o processo encontra-se arquivado. | CMTU |

| | | | | | | |
|----------|-------------------------------|---|-----------------------|---|---|--|
| 27/12/22 | 19.002.20 8764/202 2-73 | Acesso às cópias dos pareceres Procuradoria Jurídica de Londrina, sobre a concessão comercial do Lago Igapó, autorizados pela LEI No 13.112 DE 16 DE JULHO DE 2020. Requer ainda pareceres com vieses ambientais emitidos para liberação do Alvará de Funcionamento daquela Atividade comercial. | DEFERIDO | ** | Disponibilizado documentos solicitados em anexo ao processo SEI e envio de e-mail ao demandante. | CODEL |
| 27/12/22 | 19.002.20 9083/202 2-22 | Solicita acesso ao contrato de capina e roçagem, em relação às casas da Aeronáutica, entre as ruas Bagatelli, de Pinedo, sacadura cabral e Paul Harris, recentemente absorvidas pela Secretaria Municipal do Idoso, Bairro Aeroporto. | INDEFERIDO | O não fornecimento da resposta justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | Informamos que não compete à CMTU executar o serviço de capina e roçagem no referido local. | CMTU |
| 28/12/22 | 19.002.20 9083/202 2-22 | Solicita acesso ao contrato de capina e roçagem, em relação às casas da Aeronáutica, entre as ruas Bagatelli, de Pinedo, sacadura cabral e Paul Harris, recentemente absorvidas pela Secretaria Municipal do Idoso, Bairro Aeroporto. | DEFERIDO | ** | Disponibilizado acesso aos documentos solicitados | Secretaria Municipal do Idoso |
| 08/12/22 | 19.002.20 0074/202 2-76 | Solicita acesso ao documento mencionado "abaixo assinado", anexado ao processo 386/2000. Requer também copia da planta do loteamento, do processo completo. | PARCIALMENTE DEFERIDO | Após consulta aos arquivos desta Diretoria, informamos que não localizamos o processo nº 386/00. | Disponibilizada Planta parcelamento solo e Planta do condomínio | Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação |
| 16/12/22 | 19.002.20 5409/202 2-42 | Acesso à informações quanto aos recursos destinados ao orçamento para as demandas de mobilidade ativa e o que foi efetivamente executado. | INDEFERIDO | O não fornecimento da resposta justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | A Secretaria Municipal de Fazenda não executa nenhuma política pública que atenda a mobilidade ativa, sendo de nossa responsabilidade o pagamento das despesas das demais secretarias que executam as políticas públicas que atendam à necessidade da população. | Secretaria Municipal de Fazenda |
| 16/12/22 | 19.002.20 5409/202 2-42 | Acesso à informações quanto aos recursos destinados ao orçamento para as demandas de mobilidade ativa e o que foi efetivamente executado. | INDEFERIDO | O não fornecimento da resposta justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | A Secretaria de Obras não elabora nem executa políticas públicas que atendam a mobilidade ativa, sendo de nossa responsabilidade a coordenação da elaboração do orçamento municipal, porém a execução do mesmo é gerida por cada secretaria. | Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação |
| 27/12/22 | 19.002.20 8763/202 2-29 | 1-Acesso às cópias dos pareceres da Procuradoria Jurídica de Londrina, sobre o Alvará da construção do imóvel localizado na R. Benjamin Constant, 777 - Centro, Londrina - PR, 86020-320. | INDEFERIDO | *** | Em análise ao seu pedido, informa-se que com as informações apresentadas, não foi possível localizar os documentos solicitados junto ao Cadastro de Obras da Secretaria de Obras. | Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação |
| 20/12/22 | 19.002.20 7019/202 2-15 | 1. Cópia dos pedidos e ou consultas prévias recebidas pela SMF, entre os anos de 2017 a 2022, para o CNAE Q871150200 ILPI de caráter público e privado; 2. Documento comprobatório da possível localização (bairros) e do correspondente número de estabelecimentos públicos e privados solicitados para o CNAE Q871150200 ILPI nas diferentes áreas da cidade; 3. Número de estabelecimentos existentes na cidade, capacidade atendimento, e correspondente localização para o CNAE Q871150200 ILPI; 4. Descrição dos critérios técnicos adotados pelo Poder Público Municipal para a liberação de empreendimentos classificados com o CNAE Q871150200 ILPI. | DEFERIDO PARCIALMENTE | Tendo em vista que as informações solicitadas exigem trabalhos adicionais de análise, interpretação de dados e informações, e serviços de tratamento de dados de outro órgão (Receita Federal), não é possível o fornecimento das informações solicitadas com base no dispositivo legal do inciso III do art.13 do Decreto 7724/12 (regulamenta a Lei 12527/2011 Lei de Acesso à Informação): " Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação: (...) III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade..." | 1-A Secretaria Municipal de Fazenda não possui cópia de pedidos ou consultas prévias recebidas, as mesmas são realizadas pelos requerentes diretamente via sistema e respondidas automaticamente, não sendo possível a impressão de relatórios ou cópias. Em consulta ao sistema tributário identificamos 23 consultas prévias efetivadas, todas realizadas até 2013; 2- Quanto aos documentos comprobatórios, não poderemos atender tendo em vista a Lei Federal 13709/2018-LGPD, porém, informamos que possuem 17 estabelecimentos nos seguintes bairros: AEROPORTO, JD MEDITERRANEO, JARDIM LOLATA, CENTRO, JARDIM SAO JORGE, JARDIM SHANGRI-LA A, JARDIM PETROPOLIS, PARQUE RES JOAQUIM T PIZA, LAGO PARQUE, JARDIM ALPES, LAGO PARQUE, JARDIM PRESIDENTE, JARDIM VALE VERDE, VILA IPIRANGA, CARAVELLE, JUDITH. ; 3- Já respondido na anterior, já com relação a capacidade de atendimento não compete a esta unidade; 4-Lei de Uso e Ocupação do Solo - lei 12.236/2015; | Secretaria Municipal de Fazenda |
| 21/12/22 | 19.002.20 7255/202 2-23 | Acesso através do setor de DTI de todos os acessos que o município teve ao sistema Nota Londrina | DEFERIDO | ** | Foi disponibilizada tabela com todos os acessos do usuário ao sistema Nota Londrina | Secretaria Municipal de Planejamento |
| 04/12/22 | 19.002.19 6863/202 2-03 | Acesso à informação sobre quem ocupou os cargos de presidente e secretários do COMUPDA e por qual período os cargos foram ocupados. | DEFERIDO | ** | As informações dos decretos e nomeações com suas datas e cargos estão disponíveis no site do COMUPDA. Atualmente estão sendo feitas alterações para que haja uma regularização e atualização do site dos anos de 2022 e 2023. | Secretaria Municipal do Ambiente |
| 27/12/22 | 19.002.20 8770/202 2-21 | Acesso às cópias dos pareceres da Procuradoria Jurídica de Londrina e Cópias do parecer no Alvará de Construção do TAC entre MPPR e a Construção na Gleba Palhano | INDEFERIDO | O não fornecimento da resposta justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | O pedido não traz dados suficientes para identificar o processo administrativo gerado nesta Secretaria. Quanto às cópias do parecer no Alvará de Construção do TAC entre MPPR e a Construção na Gleba Palhano" informamos que qualquer informação sobre TAC efetuados pelo MPPR deve ser solicitada diretamente àquele órgão. | Secretaria Municipal do Ambiente |

| | | | | | | |
|----------|-------------------------------|--|------------|--|--|--|
| 28/12/22 | 19.002.20 9444/202 2-31 | Acesso à Informações relacionadas ao TAC, com a construtora e o MPPR sobre Direito Ambiental. Existe processo administrativo na Procuradoria do Município sobre autuação da SEMA? A Procuradoria fez algum procedimento? ou é matéria desconhecida da Procuradoria do Município, mesmo com a autuação da Sema registrada? | INDEFERIDO | A SEMA não participa do acordo, tampouco possui acesso aos TACs firmados. Os processos administrativos internos de autuação ambiental da SEMA não são compartilhados com a Procuradoria do Município. Em regra não há participação da Procuradoria, que se manifesta apenas quando provocada, para dirimir eventual dúvida jurídica. PGM: Indeferido por enquadrar-se no Art. 12, I do Decreto Municipal nº 712/2015 | ** | Autarquia Municipal de Saúde |
| 01/12/22 | 19.002.19 6027/202 2-11 | Pedido de acesso ao SEI 19.004.195278/2022-68 e o motivo dele estar fechado. | INDEFERIDO | Art. 31, Lei 12527/2015 | Informamos que se trata de processo no qual tramita remoção de servidor, dessa forma, foi criado com restrição por orientação da Secretaria Municipal de Recursos Humanos. | Procuradoria-Geral do Município |
| 01/12/22 | 19.002.19 6027/202 2-11 | Pedido de acesso ao SEI 19.004.195278/2022-68 e o motivo dele estar fechado. | INDEFERIDO | Art. 31, Lei 12527/2015 | Neste tipo de processo se faz necessária a juntada da pasta funcional do servidor, bem como a documentos pessoais, ficha financeira e funcional, sendo assim não será possível o acesso ao processo, salvo se devidamente justificado e amparado legalmente. | Secretaria Municipal de Recursos Humanos |
| 27/12/22 | 19.002.20 8767/202 2-15 | Acesso às informações: 1) A Procuradoria do Município de Londrina emanou ORDEM expressa para NEGAR acordos processuais em Ações Rescisórias? Por favor, Cópia da determinação; 2) Em algum, ou seja: qualquer e em todo tempo, processo jurídico, em grau de Ação Rescisória, o Município de Londrina já fez acordo com a parte? | DEFERIDO | ** | A) A celebração de acordos em ações judiciais em que o Município figura como parte interessada (Administração Direta, Autarquias e Fundações) demanda expressa autorização legal, hoje ainda inexistente; B) Conforme resposta ao item anterior. | Procuradoria-Geral do Município |
| 29/12/22 | 19.002.20 9571/202 2-30 | Acesso à informação da previsão de quando será pago o precatório referente ao processo nº 0005346-62.2020.8.16.7000 já julgado pelo tribunal de justiça. | INDEFERIDO | O não fornecimento da resposta justifica-se pelo inciso III §1º art.11, da Lei 12527/2015. | o Município de Londrina tem realizado o repasse mensal dos valores estabelecidos pelo TJPR em relação a seus precatórios pendentes, cabendo ao TJPR, e não mais aos Municípios, gerenciar a lista e autorizar os pagamentos dos precatórios na ordem cronológica, de acordo com os recursos disponíveis. Dessa forma, considerando que o Município não possui tal informação, qualquer previsão deve ser verificada junto ao Tribunal. | Procuradoria-Geral do Município |
| 02/12/22 | 19.002.19 6761/202 2-80 | Solicito acesso aos documentos do SEI 19.009.196607/2022-48 e explicações porque eles estão restritos. | INDEFERIDO | art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011 | Pedido de Acesso indeferido por ele se enquadrar em documento preparatório, conforme estabelecido na Lei 12.527/2011, | Secretaria Municipal de Recursos Humanos |
| 13/12/22 | 19.002.20 2541/202 2-01 | Acesso aos exames ocupacionais (Admissional, periódico e demissional) realizados nos servidores da Secretaria Municipal de Saúde. | DEFERIDO | ** | Foram disponibilizadas as portarias com as informações solicitadas. (em anexo no processo SEI e envio de e-mail ao demandante) | Secretaria Municipal de Recursos Humanos |
| 27/12/22 | 19.002.20 9131/202 2-82 | Acesso à informação a respeito da atuação das profissionais de Serviço Social na educação básica no município de Londrina | DEFERIDO | ** | Foram disponibilizados os dados solicitados por meio do processo SEI e envio de e-mail ao solicitante. | Secretaria Municipal de Educação |
| 02/12/22 | 19.002.19 6760/202 2-35 | Solicito acesso aos documentos do SEI 19.002.196508/2022-26 e explicações porque eles estão restritos. | INDEFERIDO | art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011 | Pedido de Acesso indeferido por ele se enquadrar em documento preparatório, conforme estabelecido na Lei 12.527/2011, | Gabinete do Prefeito |
| 02/12/22 | 19.002.19 6762/202 2-24 | Solicito acesso aos documentos do SEI 19.002.194654/2022-17 e explicações porque eles estão restritos. | INDEFERIDO | art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011 | Pedido de Acesso indeferido por ele se enquadrar em documento preparatório, conforme estabelecido na Lei 12.527/2011, | Gabinete do Prefeito |
| 02/12/22 | 19.002.19 6763/202 2-79 | Solicito acesso ao SEI 19.002.193629/2022-16 e explicações porque os documentos estão restritos. | INDEFERIDO | art. 7º, §3º, da Lei nº 12.527/2011 | Pedido de Acesso indeferido por ele se enquadrar em documento preparatório, conforme estabelecido na Lei 12.527/2011, | Gabinete do Prefeito |

| | | | | | | |
|----------|-------------------------------|---|----------|----|---|----------------------------------|
| 15/12/22 | 19.002.20 4930/202 2-62 | <p>1) Qual foi o orçamento total da Secretaria de Educação em 2021?; 2) Qual foi o montante gasto pela Secretaria de Educação com a folha de pessoal em 2021?; 3) Qual foi o montante gasto pela Secretaria de Educação com o custeio em 2021 (contas relacionadas à manutenção da infraestrutura das escolas e da sede da Secretaria)?; 4) A Secretaria de Educação possui programa para capacitação de docentes?; 5) Qual foi o montante gasto pela Secretaria de Educação com a capacitação de docentes em 2021?; 6) A Secretaria de Educação possui um programa para capacitação de gestores escolares? 7) Qual foi o montante gasto pela Secretaria de Educação com a capacitação de gestores escolares em 2021?</p> | DEFERIDO | ** | <p>1) O orçamento total da Secretaria Municipal de Educação em 2021 foi de R\$ 500.432.000,00; 2) O valor gasto pela Secretaria de Educação com a folha de pessoal em 2021 foi de R\$ 331.537.151,82; 3) O valor gasto pela Secretaria de Educação com o custeio em 2021 foi de R\$ 130.475.719,66; 4) A Secretaria Municipal de Educação tem uma política de formação continuada para todos os professores da Rede Municipal de Ensino de Londrina. As formações são planejadas e executadas pelas Gerências de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Apoio Especializado. As formações acontecem de forma presencial, semipresencial e também totalmente a distância, conforme organização dos docentes; 5) O valor gasto pela Secretaria de Educação com a capacitação de docentes em 2021 foi de R\$ 1.791.921,59 aproximadamente; 6) A formação de gestores acontece por meio da Escola de Gestores instituída por meio do Decreto nº 1.114/2014, que tem com o objetivo de garantir a qualificação profissional dos gestores das unidades escolares – escolas municipais e CMEIs – e dos Centros de Educação Infantil (CEIs) filantrópicos e conveniados; 7) O valor gasto pela Secretaria de Educação com a capacitação de gestores escolares em 2021 foi de R\$ 1.412.265,64 aproximadamente; 8)) Neste ano de 2022, a escolha de gestores escolares contou com diversas etapas, dentre elas: entrega de documentos pessoais, participação em curso de formação, elaboração de plano de gestão escolar e apresentação para banca avaliadora (arguição), participação no questionário Mapeamento de competências para a Liderança Escolar e por fim, consulta à comunidade escolar. A regulamentação se deu por meio do Decreto nº 725 de 04/07/2022; 9) Em 2021 não ocorreu o processo de seleção e eleição de gestores escolares.</p> | Secretaria Municipal de Educação |
|----------|-------------------------------|---|----------|----|---|----------------------------------|